

ESTADO DE SÃO PAULO

LUIZ WEIS

Congresso

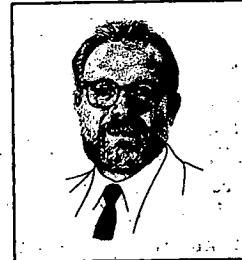
O golpe do Santo Ofício

22 NOV 1993

Uma profana aliança está se formando para decretar o impeachment do Congresso — ou o seu equivalente, em termos políticos. Por motivos opostos, mas com o objetivo comum de tirar proveito do clamor contra a corrupção, o pacto une indiretamente inimigos irreconciliáveis. De um lado, aqueles que querem ver o circo pegar fogo por achar que estão fadados a perder o comando do espetáculo, em consequência

dos escândalos destampados perante a arquibancada. De outro, aqueles que querem conquistar um atestado único de excelência moral para que o distinto público os recompense nas eleições de 1994.

Essa coalizão paradoxal pode escapar ao controle das lideranças partidárias mais lúcidas, à medida que, além dos estritos cálculos políticos nos quais se ampara, for igualmente estimulada pelas inquietações de poderosos grupos econômicos, numa ponta, e pelas expectati-



Eis um jogo do qual não se conhece de antemão o vencedor — só o perdedor

vas de setores corporativos não menos atuantes, na outra. Posta em marcha, essa engrenagem duplamente perversa caminharia para transformar a CPI do Orçamento em embrião de um Tribunal do Santo Ofício sob medida para as metas de cada qual. Nele, um chorrilho de inquisições tentaria arrancar tantas provas de heresia ética quantas fossem da conveniência dos candidatos à Torquemada no atual momento político.

Uns, para demonstrar que, sendo todos ímpios, a única defesa eficaz da moralidade nos negócios do Estado consiste no remédio heróico de fechar de vez aquele que outrora uma reverente metáfora costumava designar por "templo da democracia". Outros, para apressar o advento do Juízo Final, quando os fracos e oprimidos se vingarão, nas urnas, de quatro séculos de iniquidades dos donos do poder, afinal desmascarados em toda a extensão de sua vilania.

Os primeiros acham que o povo receberá com rojões qualquer ato que pareça um rigoroso e já tardio castigo aos amaldiçoados "políticos", no que estão provavelmente certos, a julgar pelas pesquisas segundo as quais a receita ideal de regime democrático para a maioria dos brasileiros leva um presidente apimentado e um Congresso insossó. No entanto, a apostila de que o efeito domínio dos inquéritos e devassas bancárias derrube todo mundo juntamente com o calendário eleitoral talvez acarrete para seus autores um indesejado efeito bumerangue. Pois, à parte qualquer outra consideração, nada assegura que um pogrom no Congresso produza uma alternativa política de mão única, à direita.

No Brasil e no mundo de hoje, uma intervenção das Forças Armadas — hipótese ainda indistinta no horizonte, porém nunca desprezível em países atolados como o nosso — com toda a probabilidade apontaria baionetas em múltiplas direções. Pode haver, por exemplo, mais pontos de contato entre certas vertentes do pensamento militar e o ideário econômico do PT do que supõe a vã filosofia da direita radical. Sem falar que o tacape da moralidade di-

ficialmente pouparia o queijo dos patrocinadores da gandaia com o dinheiro público.

Já a aposta numa CPI "geral para o País", como diz Lula, para pavimentar o caminho petista rumo à vitória em 1994, contém um bom argumento: por mais que se demonstre que o candidato vôle em más companhias, ou que a CUT atropela a lei ao financiar seu partido, aos olhos da multidão isso há de parecer travessura de criança perto da festa de arromba que os outros políticos andam perpetrando. O tremendo risco de buscar o olor de santidade como exclusivo passaporte para o Planalto consiste em ser a viagem cancelada por falta de passageiros nos assentos do centro e da direita.

Eis um jogo do qual não se conhece de antemão o vencedor — só o perdedor. Por isso, em nome da salvaguarda das instituições democráticas e para que o combate à corrupção não degenera nem em golpismo nem em oportunismo eleitoral, é imperativo conter o furor inquisitório sob encomenda que pode transformar o Congresso em instrumento de sua própria destruição.